

Sandro Fantini

Assessor de Municípios - Governo do MT

Mesa: Subsídios para uma nova política indigenista O Mato Grosso do Sul, estado atualmente governado pelo PT, tem a segunda maior população indígena do país, mas infelizmente os governantes anteriores não deram a atenção esperada a estas populações e tampouco adotaram a lei em vigor em suas administrações. Ao assumir o governo do estado, encontramos uma situação de falência, expressa numa dívida de mais mais de 2 bilhões e 70 milhões de reais com a União e num atraso de 4 meses no pagamento de professores e nas precatórias dos municípios. Estes também enfrentavam grandes dificuldades, haja visto que chegou a ocorrer um decréscimo de quase 50% em suas populações. A descrição deste quadro é necessária para que se tenha uma idéia das dificuldades que enfrentamos e de como estamos encaminhando a administração no estado.

A existência de secretarias e de órgãos de governo totalmente sucateados e a ausência de políticas públicas consistentes ao longo de diversas administrações, criaram nas comunidades indígenas um certo clientelismo e grandes vícios. Como exemplo de relações viciadas, podemos citar uma assessoria indígena dentro do governo do estado que não tinha nenhuma relação com as comunidades. Os resultados de tudo isto foram péssimos, em alguns casos os índices de suicídio se tornaram alarmantes. Num período de 10 a 12 anos, mais de 250 casos de suicídio foram registrados. Diante desta realidade, tomamos medidas sérias: passamos de uma arrecadação de 45 milhões para 75 milhões; colocamos em dia o pagamento dos servidores, fazendo com que cerca de 70% dos que estavam com seu pagamento atrasado estejam com os salários repostos e recebendo em dia; pagamos todos os precatórios dos municípios, que estão agora recebendo adiantado e com uma arrecadação superior a que recebiam no governo passado. Fizemos contatos com as lideranças indígenas, com as ONGs que atuam no estado, com o CIMI, o CDB, a universidade federal e a estadual, e cada secretaria começou a discutir como seria encaminhado o trabalho relativo às comunidades indígenas. Discutindo a situação com todos os movimentos e órgãos envolvidos direta e indiretamente com as comunidades indígenas, colocou-se a sugestão de realizar um seminário onde pudéssemos ouvir o que as diversas comunidades e etnias teriam a dizer e apontar para o governo em termos de ações a serem desenvolvidas. Realizamos então em abril o primeiro seminário governamental sobre sociedades indígenas e políticas públicas no Mato Grosso do Sul. Viajamos cerca de 4.000 quilômetros visitando todas as comunidades, explicando os objetivos do seminário e conversando com as lideranças, com a comunidade e com os agentes de saúde e educadores indígenas sobre a importância da participação daquelas comunidades no seminário. A partir daí ficou definido que cada secretaria participaria do evento com 6 membros, para conseguir ouvir, anotar e relatar adequadamente as sugestões, dificuldades, ansiedades e angústias trazidas pelas comunidades. Inicialmente muitos não acreditavam no resultado do seminário, dizendo: “Os índios não falam, os índios não vão participar”. Resolvemos então insistir numa metodologia que a princípio foi muito questionada de, neste primeiro contato ouvir, pela primeira vez, as comunidades indígenas.

As áreas de produção e o meio ambiente no estado do Mato Grosso do Sul compõem-se de uma vasta extensão de pantanal, com grandes áreas de preservação e investimentos de reflorestamento em diversos lugares. Dado que o estado já foi muito depredado, mesmo

tendo grande parte de seu território reservado à preservação do pantanal, várias áreas onde hoje se encontram comunidades indígenas praticamente não possuem florestas. Foi apontada por isto a necessidade de fazer a recuperação de solos e micro-bacias, de criar bancos de sementes, de implantar programas de produção a médio e longo prazo e proceder à demarcação de terras. Na área da saúde foram priorizados o apoio à criação do distrito sanitário indígena, à implantação de programas de agentes comunitários de saúde e de conselhos de saúde indígenas, além da necessidade de inserir os agentes de saúde indígena nos conselhos comunitários municipais, algo que não ocorria até então. Na área da educação as prioridades foram a educação bilíngüe, a criação de escolas indígenas com autonomia, a contratação de professores indígenas com concursos diferenciados, bolsas-escola nas aldeias e materiais específicos e assessorias para a área de linguística. A estruturação de núcleos indígenas em cada secretaria de governo é algo que também foi proposto. Na Secretaria de Educação já está estruturado um núcleo onde temos companheiros indígenas participando; na Secretaria do Meio Ambiente também e estamos discutindo com outras secretarias a inclusão de representantes indígenas. Em relação à instância governamental, foi decidida a criação de um Conselho de Política Indigenista, composto majoritariamente por índios. Este conselho deverá deliberativo e composto de uma coordenadoria executiva com 3 integrantes. Todas estas propostas, surgidas durante o Seminário, foram levadas ao governo do Estado numa audiência em que estiveram presentes o governador Zeca do PT, as principais lideranças indígenas que participaram do Seminário, bem como representantes das entidades não governamentais e da universidade. Além da apresentação do relatório final do Seminário, foram apresentadas algumas medidas de emergência a serem tomadas pelo governo do Estado. O governador acatou prontamente todas as deliberações do Seminário e as demandas emergenciais e, como resultado, temos hoje 4 áreas que foram reocupadas pelas comunidades indígenas, sobretudo pelos Guarani. Decidiu-se também que teremos um prazo de 90 dias para a estruturação deste Conselho e que estaremos visitando novamente todas as comunidades, discutindo, fazendo assembléias e levando o projeto da criação do Conselho para que as comunidades indiquem seus representantes. Faremos primeiro este trabalho, para depois definir a executiva, que terá 3 pessoas. Estabeleceu-se além disto a criação de um fórum que funcionará anualmente com todas as lideranças indígenas, educadores e agentes comunitários para fazer uma avaliação das ações de governo e das ações que foram encaminhadas pelo Conselho, além de planejar as ações para o ano seguinte. Temos ainda um projeto que vai envolver bastante algumas comunidades indígenas, principalmente os Terena. Trata-se do Projeto Pantanal, um projeto já antigo, no qual gostaríamos que as comunidades indígenas interferissem de forma qualitativa para não serem prejudicadas, como ocorreu em outros projetos, na questão do gasoduto, por exemplo. Já estamos com reuniões marcadas e estamos elaborando uma síntese do programa do Projeto Pantanal que será traduzida nas línguas Guarani, Terena e Kadiwéu. Além das comunidades indígenas, deveremos nos reunir também com outras comunidades ribeirinhas, associações de pescadores, etc., para que elas possam interferir e se pronunciar em relação a este projeto. Após as reuniões, realizaremos uma conferência com todas as comunidades, lideranças, parlamentares e representantes governamentais, principalmente do meio ambiente, para discutirmos. O governo do PT tem procurado não apenas ouvir a sabedoria dos povos indígenas como também encaminhar suas reivindicações. Ainda há muito o que fazer, mas muito já foi feito considerando a situação que encontramos. Em 4 meses de administração, ou seja, em 100 dias, conseguimos fazer o que o governo passado não fez em 4 anos. Realizamos as assembléias do orçamento

participativo nos 77 municípios do Estado, com a participação de todos os setores da sociedade; não excluímos ninguém, dos mais conservadores aos mais revolucionários, todas as comunidades se fizeram presentes e fizemos questão de convidar e fazer estas atividades principalmente naqueles municípios onde os prefeitos eram de outros partidos. Fomos, conversamos e dissemos que, apesar do orçamento participativo ser uma pauta de governo, uma proposta do nosso partido, a realização de cada assembléia não se tornaria mais uma coisa nossa, e sim do município. As assembléias foram um sucesso, contaram com mais de 40.000 pessoas dos 77 municípios participando.

Do muito que temos aprendido com as comunidades indígenas, vale o registro de algumas mensagens dos índios do nosso estado. A primeira, sobre as comemorações dos 500 anos: “Nossos 500 anos são outros 500”. A segunda, que nos marcou muito durante a organização de todas estas atividades: “Se for para ficar na aldeia e viver igual ao branco, então vou para a cidade”. E, finalmente, uma mensagem de uma liderança que nos é muito cara no estado, o Marçal Tupã I: “Chegou a hora: nós sozinhos não conseguiremos nada, precisamos nos unir, braço a braço, levantar alto a voz dos nossos antepassados que foram massacrados. Chegamos ao ponto em que nós, os índios, devemos tomar a rédea do governo indígena. Este é o caminho certo, reunir a assembléia e ouvir a todos.” Este líder Guarani foi assassinado em 25/11/83 por defender o seu povo e até hoje os culpados não foram para a cadeia. Quero lembrar também o companheiro Geraldo Garcia, que foi presidente do nosso partido e que faleceu indo para uma reunião com os índios conversar sobre a realização deste seminário. Com certeza, se ele estivesse vivo, estaria aqui. Minha homenagem a todos eles.